Farol estudos

EDIÇÃO 2026.11.21

AMOSTRA GRÁTIS · CADERNO COMPLETO DE ESTUDO

Analista do Banco Central

Teoria pelo edital, letra da lei, mapas mentais, flashcards e questões comentadas, com QR code para vídeo, podcast e simulado online.

9	133	2.074	1.113
disciplinas	tópicos	questões comentadas	flashcards

farolestudos.com.br

Farol estudos

Caderno completo · Analista do Banco Central
Edição 2026.11.21, gerada em 20/11/2026 a partir do conteúdo da plataforma Farol Estudos.

Material de estudo independente, sem vínculo com órgão público ou banca organizadora. As questões marcadas como “Prova real” citam a banca e o ano de origem; as demais são inéditas, escritas pela equipe Farol.

Licença de uso individual e intransferível. É proibido revender, compartilhar ou publicar este arquivo, no todo ou em parte. O conteúdo é atualizado continuamente no site: use os QR codes para ver a versão mais recente de cada tópico.

Encontrou um erro ou quer sugerir algo? Escreva para suporte@farolestudos.com.br.

Crie sua conta grátis
plano do dia, questões ilimitadas e revisão espaçada

Como usar este caderno

★ **Resumo**
a essência do tópico em poucas linhas. Comece por aqui e volte nele na véspera.

§ **Letra da lei**
os dispositivos que a banca transcreve. Leia em voz alta: a prova troca uma palavra.

! **Como a banca cobra**
as pegadinhas que mais derrubam candidatos, com o raciocínio para não cair.

✓ **Revisão rápida**
checklist para marcar o que você já domina. O que ficar em branco volta para a revisão.

✳ **Mapa mental**
o tópico inteiro numa página. Ótimo para revisar em 2 minutos.

◧ **Flashcards**
cubra a coluna da direita e responda antes de olhar.

? **Questões**
no formato da prova. O gabarito comentado fica no fim de cada disciplina.

O método em quatro passos

1. **Leia** o tópico na ordem: resumo, entenda, letra da lei.
2. **Feche o caderno** e refaça o mapa mental de memória.
3. **Resolva** as questões e confira o gabarito comentado.
4. **Revise** com os flashcards em 1, 7 e 30 dias. No app, a revisão espaçada faz essa conta por você.

QR codes: o caderno continua online

Cada tópico traz QR codes para a página do tópico (com podcast e atualizações), a videoaula, quando houver, e todas as questões do tema corrigidas na hora. No fim do caderno, um simulado no formato da prova, que você também pode fazer online com nota projetada.

Simulado online grátis
nota projetada na hora

Edital verticalizado
marque o que já estudou

Raio-X da prova

BANCA	REFERÊNCIA	OBJETIVA	TEMPO
Cebraspe	Edital nº 1 – BCB, de 2024	120 itens Certo/Errado	3h30

Itens Certo/Errado: cada resposta errada desconta 0,5 ponto; em branco não pontua.

DISCIPLINA	BLOCO	PESO	TÓPICOS	ALTA PRIORIDADE	PÁGINA
Língua Portuguesa	P1	25	23	12	**6**
Noções de Lógica e Estatística	P1	10	14	9	Volume 1
Direito Administrativo	P1	5	22	15	**37**
Fundamentos de Macroeconomia e Microeconomia	P1	10	10	9	Volume 1
Macroeconomia	P2	18	11	8	Volume 1
Microeconomia	P2	10	7	3	Volume 1
Finanças	P2	18	16	13	Volume 1
Estatística e Econometria	P2	12	13	10	Volume 1
Contabilidade de Instituições Financeiras (COSIF)	P2	12	17	6	Volume 1

Sumário

Língua Portuguesa 6
1.1 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação 7
1.2 Tipos e gêneros textuais 25

Direito Administrativo 37
3.1 Administração indireta — autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista 38
3.2 Desconcentração, descentralização e órgãos públicos 45

Simulado final 52

01

Língua Portuguesa

2 tópicos · 36 questões no caderno · 36 online

1.1 Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação ● 7
1.2 Tipos e gêneros textuais 25

● prioridade alta no edital

1.1 ITEM 1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

21 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O item de compreensão pergunta se o texto autoriza a afirmação, e não o que o candidato sabe do assunto. Resolve-se comparando o enunciado com um trecho localizável.

- **Comando do item:** define se a resposta está escrita no texto ou precisa ser deduzida dele.
- **Paráfrase fiel:** mesma ideia com outras palavras é item certo.
- **Implícitos:** o pressuposto decorre de uma palavra do texto; a inferência, de dedução necessária.
- **Erros típicos:** extrapolação, redução e contradição.
- **Vozes:** a opinião citada ou refutada não é, só por isso, a do autor.
- **Ironia:** o sentido pretendido é o contrário do literal.

Entenda

O comando do item

- **"O texto afirma", "segundo o texto", "de acordo com o texto":** informação explícita, literal ou em paráfrase fiel.
- **"Infere-se", "depreende-se", "conclui-se":** informação implícita, mas necessária: dedução sem acréscimo.
- **"Sugere", "permite supor":** leitura mais aberta, ainda presa ao texto.

> *Ex.: o texto diz que a transferência da polícia para o governo da cidade significou passar da caça aos criminosos à prevenção dos crimes. O item que chama isso de "mudança de paradigma no papel da polícia" está certo: é paráfrase.*

Método: localizar e comparar

1. Localize no texto o trecho de que o item trata.
2. Compare palavra por palavra: quantificadores (*todos, alguns, apenas*), modalizadores (*talvez, certamente*), sujeito da ação e tempo verbal.
3. Pergunte: o texto diz isso, permite deduzir isso, ou eu sei isso por fora? Só as duas primeiras respostas tornam o item certo.

> *Ex.: o texto diz que só é planeta o corpo celeste que "não seja um satélite natural, como a Lua". O item "não é impróprio denominar a Lua de planeta" está errado: basta localizar o trecho.*

Pressuposto

> Pressuposto é a informação implícita que uma palavra do texto obriga a aceitar. Marcas comuns: *apenas, só, ainda, já, também, continua, passou a, deixou de*. Se a marca está no texto, o pressuposto é verdadeiro.

- *Ele **ainda** dirige sem habilitação.* → já dirigia sem habilitação antes.

- *A corporação* ***passou a*** *priorizar a prevenção.* → antes não priorizava.

> *Ex.: "A opção não se coloca apenas na esfera de temas polêmicos que atraem os holofotes da mídia." Pressupõe-se que há temas polêmicos que não atraem a mídia. Item certo.*

Inferência

A inferência válida é a que o texto torna necessária. Ela costuma vir em termos modestos (*está associado a, provavelmente*). A inferência falsa costuma vir em termos fortes (*deveu-se a, é a principal causa, conclui-se que sempre*).

> *Ex.: "o homem da luz já deve ter se transferido para o mundo das trevas eternas". É correto inferir que o funcionário provavelmente já morreu: a expressão é eufemismo de morte, e "deve ter" indica probabilidade.*

Extrapolação

Extrapolar é acrescentar ao texto um dado que ele não traz: causa, comparação, superlativo, nacionalidade, intenção, continuidade no tempo. É o erro mais frequente.

- O texto diz que o uso de *deepfakes* cresceu 830%. O item diz que esses crimes "são os que mais crescem no Brasil". **Errado:** o texto não compara.
- O texto diz que o sobrenome do autor é "sonoro, hispânico". O item diz que o autor é espanhol. **Errado.**

> *Ex.: o texto informa que, no Império, os deputados eram eleitos por maioria relativa. O item que afirma que o Brasil adota esse sistema "sem interrupções, desde o Império" extrapola.*

Causa inventada e correlação

> O texto relaciona dois fatos; o item transforma a relação em causa. "Relacionado a" não é "causado por". Confira se há no texto um conector de causa (*porque, devido a, em razão de*).

> *Ex.: o texto diz que, nas sociedades tribais, o trabalho está integrado às outras atividades e que um autor as chamou de "sociedades de abundância". O item "devido à abundância de recursos, os indivíduos não separam trabalho e lazer" está errado: a causa não está no texto.*

Contradição e redução

Na contradição, o item diz o oposto do texto, às vezes trocando uma única palavra. Na redução, toma a parte pelo todo, ou eleva um exemplo a tema.

- O texto diz que a violência física estava "em declínio". O item atribui o monopólio estatal da força a "índices insustentáveis de violência". **Errado.**
- O texto diz que "a separação de classes não é rígida como a que existe entre as castas". O item diz que a casta é menos rigorosa. **Errado.**

> *Ex.: palavras absolutas no item ("sempre", "nunca", "apenas", "qualquer") pedem prova absoluta no texto.*

Item longo com final falso

A banca repete o texto em três quartos do item e acrescenta, na última oração, um juízo ou uma explicação que não está lá. Leia o item até o fim; o erro costuma estar depois da última vírgula.

> *Ex.: o item descreve corretamente a tese de dois autores sobre a ficção e termina com "em oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos". O texto não menciona essa visão. Errado.*

Ironia e sentido figurado

Na ironia, o autor diz o contrário do que pensa. Sinais: pergunta retórica, aspas, exagero, elogio descabido. O item que lê o elogio ao pé da letra está errado. Eufemismo e metáfora também pedem leitura não literal.

> *Ex.: texto elogia as bombas "limpas" e termina com "Trata-se, portanto, de uma fabulosa conquista, não?". A pergunta retórica marca a crítica; o item que atribui ao autor "visão positiva" das bombas está errado.*

Tema, tese e vozes do texto

> Tema é o assunto; tese é a posição do autor; argumentos a sustentam. Os tipos mais comuns: autoridade, dados, exemplo, comparação, causa e consequência, contra-argumentação. A voz introduzida por *segundo, para, de acordo com*, ou entre aspas, é de outro. O autor pode adotá-la ou refutá-la; o contexto mostra qual.

- **Adota:** os autores apresentam um estudioso como "autoridade" no assunto e usam sua explicação. Infere-se que a corroboram.
- **Refuta:** "Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram." O autor trata a ideia corrente como equivocada.

> *Ex.: o item que atribui ao autor do texto a opinião de um pensador apenas citado, ou o inverso, troca o sujeito da opinião.*

Vocabulário e paralelismo no contexto

O sentido de uma palavra se fecha no contexto. Em estrutura paralela, o termo retoma o par correspondente. Oração que repete a ideia anterior é redundante, com valor de ênfase.

- "homens e mulheres, pequenos e grandes" retoma "homens e mulheres, adultos e jovens": refere-se a idade, e não a tamanho.
- "são completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra": a segunda oração reforça a primeira.

> *Ex.: "não haverá o dogma do PPI". Dogma é doutrina indiscutível; o item que diz que o PPI não deve ser visto como doutrina indiscutível está certo.*

Quadro

Erro do item	Sinal	Como conferir
Extrapolação	dado, comparação ou superlativo novo	procurar o dado no texto
Causa inventada	"devido a", "porque" ausentes no texto	procurar o conector de causa
Contradição	palavra trocada pelo oposto	reler o trecho exato
Redução	"apenas", "somente", exemplo como tema	verificar o que mais o texto diz
Leitura literal de ironia	elogio estranho ao tom do texto	procurar pergunta retórica, aspas, exagero
Troca de voz	opinião do citado atribuída ao autor	ver quem fala: "segundo", aspas

Como a banca cobra

- "Infere-se que o autor do texto é espanhol." → **errado** (o texto só diz que o sobrenome é hispânico).
- "Conclui-se que o monopólio da violência pelo Estado deveu-se aos índices insustentáveis de violência." → **errado** (o texto diz que a violência estava em declínio).
- "Infere-se que nem todos os temas polêmicos recebem a atenção dos meios de comunicação." → **certo** (pressuposto marcado por "apenas" e pela oração restritiva).
- "De acordo com o texto, os crimes com *deepfake* são os que mais crescem no Brasil." → **errado** (superlativo que o texto não traz).
- "A oração 'nenhuma letra se igualando a outra' é redundante em relação à anterior, servindo para reforçar-lhe o sentido." → **certo**.
- "Infere-se que 'boêmios e vampiros' diferem biologicamente dos seres humanos em geral." → **errado** (o texto fala de hábito).
- **Detalhe que derruba o item:** um conector de causa que o texto não tem, um quantificador ou superlativo exagerado, ou a leitura literal de trecho irônico.

Revisão rápida

- ☐ **O que o item de compreensão pergunta?** Se o texto autoriza a afirmação.
- ☐ **"Infere-se" admite acréscimo?** Não; só dedução necessária.
- ☐ **De onde nasce o pressuposto?** De uma marca do texto: "apenas", "ainda", "passou a".
- ☐ **Qual o erro mais comum?** Extrapolação: dado, causa ou comparação que o texto não traz.
- ☐ **Correlação é causa?** Não; "relacionado a" não é "causado por".
- ☐ **Como ler um elogio seguido de pergunta retórica?** Como ironia.
- ☐ **A opinião citada é a do autor?** Só se o texto mostrar que ele a adota.
- ☐ **Onde costuma estar o erro do item longo?** Na última oração.

Mapa mental

Interpretação e inferência

O que vale
- O que o texto autoriza
- Não o que você sabe

Tipos de item
- "Afirma": explícito ou paráfrase
- "Infere-se": dedução necessária
- Pressuposto: marca linguística

Erros típicos
- Extrapolação: acrescenta
- Redução: parte pelo todo
- Contradição: inverte

Vozes do texto
- Tese do autor × voz citada
- Ironia diz o contrário

Sinais de alerta
- Correlação não é causa
- Absolutos pedem prova absoluta
- Inferência certa costuma ser modesta

Método
- Localizar o trecho
- Comparar palavra por palavra

⚠ Pegadinha
- Juízo acrescentado no fim do item → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.
Item de compreensão: quando a paráfrase é Certa e quando há contradição?	**Paráfrase fiel** (mesma ideia com outras palavras, inclusive opinião corretamente atribuída a autor citado) → **Certo**. **Contradição** = o item diz o **oposto** do texto. Se o trecho **confirma** a ideia, afirmar que a "contradiz" é Errado.
Como tratar um elogio num texto que termina com pergunta retórica ("Trata-se de uma fabulosa conquista, não?")?	É **ironia**: o sentido pretendido é o **oposto** do literal. Pergunta retórica, aspas e exagero sinalizam ironia. Pegadinha: item que lê o elogio ao pé da letra ("visão positiva") → Errado.
Uma expressão pode ter seu sentido definido pelo paralelismo com um par anterior do texto?	**Sim.** Em estruturas paralelas, o termo **retoma o par correspondente** ("homens e mulheres, **pequenos e grandes**" = "adultos e jovens" → faixa etária, não tamanho).
Para o Cebraspe, é correto dizer que uma oração "é redundante, servindo para reforçar" a anterior?	**Sim**, quando ela **repete a ideia anterior** com valor **enfático** ("completamente díspares, nenhuma letra se igualando a outra").

Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.
Extrapolação: o que torna Errado um item de compreensão que "completa" o texto?	O item acrescenta dado, comparação ou generalização que o texto **não** traz: superlativo ("os que mais crescem", "o maior retorno"), continuidade ("sem interrupções, desde o Império"), um opositor inventado ("visão comum nos meios acadêmicos"), um detalhe a mais ("diversos tipos de carretas"). Teste: localizar no texto a base de CADA parte do item; se uma parte não tem base → Errado.
No padrão Cebraspe, qual a diferença entre um item que diz "o texto afirma que X" e um que diz "infere-se que X"?	"Afirma que" exige **comprovação literal** no texto; "infere-se" permite **dedução lógica**, mas sem extrapolar o que está escrito.

Questões

gabarito comentado na p. 34

1

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa.

(C) Certo (E) Errado

2

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Entende-se da leitura do texto que a criatividade é fruto da combinação entre os pensamentos convergente e divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

3

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

O autor do texto argumenta contra a proposta de J. P. Guilford sobre o raciocínio humano.

(C) Certo (E) Errado

4

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Imaginar é um dom comum a todos os seres humanos — e também uma daquelas características que nos diferenciam dos outros animais, incapazes de atingir esse nível de abstração. Apesar disso, a criatividade parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões artísticas ou inventivas.

Isso não é verdade. Nas últimas décadas, a psicologia e a neurociência começaram a desvendar o processo de surgimento de ideias originais no nosso cérebro — e descobriram estratégias que qualquer um pode adotar para aperfeiçoar a própria capacidade criativa, mesmo que você se considere desprovido desse traquejo.

O que se pode chamar de estudo científico da criatividade começou só na década de 1950, quando o psicólogo americano J. P. Guilford publicou as bases desse campo de pesquisa. Ele se interessou em responder uma pergunta essencial: de onde vêm as ideias criativas?

Para isso, Guilford propôs que o raciocínio humano se divide em dois tipos: o convergente e o divergente. Ambos podem ser usados para resolver problemas ou chegar a conclusões após uma análise, mas funcionam de maneira bem diferentes.

O pensamento convergente é aquele que busca uma única solução para um impasse específico. Ele segue uma ordem estruturada, avançando e refinando uma mesma ideia em vez de experimentar várias resoluções diferentes. Pense, por exemplo, numa questão de uma prova de matemática. Pode até haver várias maneiras de se chegar ao resultado, mas o mais fácil (e comum) é escolher um único método e seguir com ele até o final.

Já o pensamento divergente é mais fluido e caótico: ele explora diversas ideias diferentes ao mesmo tempo, muitas vezes misturando as soluções e conectando-as de maneiras pouco óbvias. É o raciocínio típico dos brainstormings, por exemplo. Segundo Guilford, a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente. Ao fazer conexões entre coisas aparentemente desconexas, criamos ideias inéditas. Até hoje, essa explicação é a mais aceita pelos cientistas.

Bruno Carbinatto. Penso, logo crio. In: Revista Superinteressante, jan./2025. Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

No texto, o pensamento convergente é apresentado como mais complexo para os seres humanos que o divergente.

Ⓒ Certo Ⓔ Errado

5

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Segundo o texto, a IA generativa tem crescido de forma exponencial, assim como a adoção de medidas de segurança cibernética.

(C) Certo (E) Errado

6

PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Conclui-se do texto que o Brasil lidera o ranking mundial de fraudes cometidas em ambiente virtual baseadas na utilização de imagens de pessoas famosas e celebridades.

(C) Certo (E) Errado

7 INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

No texto, a expressão "sobretudo" (segunda frase) introduz uma ideia de

(A) oposição ao que foi dito antes.
(B) ênfase, destacando o fator mais importante.
(C) conclusão do raciocínio.
(D) tempo, indicando quando algo ocorre.
(E) condição para que algo aconteça.

8 INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Infere-se do texto que o atendimento cortês ao cidadão

(A) é uma gentileza opcional do servidor.
(B) dispensa o conhecimento das normas.
(C) integra o próprio serviço público prestado.
(D) só é exigido de servidores em cargo de chefia.
(E) substitui a orientação técnica ao cidadão.

9 INÉDITA FAROL

Desde que o órgão adotou o trabalho remoto parcial, o número de processos concluídos por servidor aumentou. A chefia, no entanto, observa que a comunicação entre as equipes ficou mais lenta e que os servidores recém-chegados têm mais dificuldade para aprender a rotina do setor. Por isso, estuda manter dois dias presenciais por semana, sem abandonar o modelo remoto nos demais dias.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que a adoção de dias presenciais visa principalmente:

(A) aumentar o número de processos concluídos, que caiu com o trabalho remoto.
(B) extinguir o trabalho remoto no órgão.
(C) reduzir os problemas de comunicação entre as equipes e de aprendizagem dos novos servidores.
(D) punir os servidores que tiveram baixa produtividade.
(E) reduzir os custos com energia e estrutura física.

10

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central defendida no texto é a de que:

(A) a tecnologia só moderniza de fato a administração quando acompanhada da revisão dos processos e das exigências.

(B) a tecnologia é inútil para reduzir a burocracia.

(C) os formulários devem ser abolidos das repartições.

(D) a burocracia já foi eliminada pelos atendimentos por aplicativo.

(E) o e-mail deve substituir todos os atendimentos presenciais.

11

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Do último período do texto, infere-se que, na visão dos autores do estudo:

(A) os pedestres são os culpados pelos atropelamentos.

(B) as rodovias devem ser fechadas aos pedestres.

(C) os motoristas não precisam de nenhuma medida de segurança.

(D) a engenharia viária tem privilegiado os motoristas em detrimento dos pedestres.

(E) a iluminação é desnecessária nos trechos urbanos.

12

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

No trecho "a firmeza não depende da rispidez", o autor defende que:

(A) o servidor deve ceder a todas as exigências do cidadão.

(B) o servidor deve evitar qualquer limite no atendimento.

(C) a rispidez é necessária para manter a autoridade.

(D) a firmeza prejudica o atendimento.

(E) é possível manter a posição e os limites sem ser grosseiro.

13

INÉDITA FAROL

Durante anos, o trecho da serra foi conhecido como o mais perigoso da região. As curvas fechadas, a neblina frequente e o acostamento estreito somavam-se à pressa de quem queria vencer a subida antes do anoitecer. Nos últimos tempos, porém, os registros de acidentes caíram de forma expressiva. Não houve obra de duplicação nem mudança no traçado: o que mudou foi a combinação de sinalização mais visível, radares nos pontos críticos e fiscalização frequente nos fins de semana. Os motoristas que antes reclamavam das abordagens passaram a reconhecer que a viagem ficou mais tranquila. O caso sugere que nem toda solução para a segurança viária depende de grandes investimentos em engenharia; às vezes, o resultado vem de medidas simples, aplicadas com constância.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a redução dos acidentes no trecho da serra deve-se principalmente:

(A) à duplicação da pista e à correção das curvas fechadas.

(B) ao fim da neblina, por mudanças no clima da região.

(C) à diminuição do número de veículos que passam pelo trecho.

(D) a um conjunto de medidas simples aplicadas com regularidade, sem alteração da estrutura da via.

(E) à proibição do tráfego nos fins de semana.

14

INÉDITA FAROL

Quem entra hoje em uma repartição pública raramente vê as pilhas de processos que, há algumas décadas, ocupavam mesas e corredores. A digitalização mudou a paisagem, mas não eliminou o trabalho de organizar. Um documento eletrônico mal classificado se perde com a mesma facilidade de uma folha esquecida em uma gaveta — com a diferença de que ninguém tropeça nele. Por isso, os arquivistas insistem em que tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível. Sistemas modernos ajudam a registrar, localizar e controlar prazos, desde que alguém tenha decidido antes o que guardar, por quanto tempo e por quê. A pergunta, portanto, continua a mesma de sempre: não é onde guardar, mas como encontrar.

Texto autoral para fins didáticos.

A ideia central do texto é a de que:

(A) a digitalização tornou o trabalho dos arquivistas desnecessário.

(B) os documentos em papel se perdem com mais facilidade que os eletrônicos.

(C) a digitalização não dispensa a organização metódica dos documentos.

(D) os sistemas modernos decidem sozinhos o que guardar e por quanto tempo.

(E) as repartições públicas ainda acumulam pilhas de processos nos corredores.

15

INÉDITA FAROL

O trânsito seguro não depende apenas de boas estradas. Depende, sobretudo, de comportamentos: respeitar limites de velocidade, não dirigir depois de beber e usar o cinto de segurança são atitudes simples que, somadas, salvam milhares de vidas por ano. Campanhas educativas ajudam, mas a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos.

De acordo com o texto, a mudança de comportamento no trânsito se consolida quando

(A) a fiscalização é constante e a regra vale para todos.

(B) as estradas são reformadas e ampliadas.

(C) as campanhas educativas substituem a fiscalização.

(D) os motoristas deixam de usar o cinto de segurança.

(E) os limites de velocidade são aumentados.

16

INÉDITA FAROL

A implantação do protocolo digital mudou a rotina do setor. Antes, o cidadão precisava comparecer pessoalmente, enfrentar fila e voltar dias depois para saber o andamento do pedido. Hoje, o requerimento é enviado pela internet e cada etapa fica registrada no sistema, o que permite acompanhar o processo de casa. A mudança, porém, exigiu treinamento dos servidores e não eliminou o atendimento presencial, mantido para quem não tem acesso à rede.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a implantação do protocolo digital:

(A) permitiu acompanhar o andamento dos pedidos sem ir ao órgão, embora o atendimento presencial tenha sido mantido.
(B) eliminou o atendimento presencial, substituído pelo envio dos pedidos pela internet.
(C) dispensou o treinamento dos servidores, por ser um sistema simples.
(D) aumentou as filas, pois os cidadãos passaram a voltar mais vezes ao setor.
(E) restringiu os requerimentos a quem tem acesso à internet.

17

INÉDITA FAROL

O acostamento existe para emergências, mas, nas rodovias brasileiras, transformou-se em faixa extra para quem não tolera esperar. Nos feriados, quando o fluxo de veículos dobra, motoristas impacientes avançam pela lateral da pista e criam um risco que ultrapassa o próprio veículo: obrigam ambulâncias a disputar espaço, surpreendem ciclistas e pedestres e, não raro, provocam colisões ao retornar à faixa de rolamento. A fiscalização eletrônica ajuda a coibir a prática, porém não a elimina. Especialistas lembram que a regra só se torna hábito quando o condutor entende que o acostamento livre pode ser, amanhã, o caminho do socorro que ele próprio vai esperar.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, o uso indevido do acostamento:

(A) põe em risco não só o próprio motorista, mas também socorristas, ciclistas e pedestres.
(B) é totalmente eliminado pela fiscalização eletrônica.
(C) ocorre apenas nos dias úteis, quando o fluxo é menor.
(D) é recomendado pelos especialistas em casos de congestionamento.
(E) não provoca colisões, pois o acostamento é largo.

18

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o servidor:

(A) adaptou o atendimento à necessidade da usuária, em vez de apenas indicar o aplicativo.

(B) recusou-se a atender Dona Lurdes antes do horário de abertura.

(C) exigiu que Dona Lurdes fizesse o pedido pelo aplicativo.

(D) considerou desnecessários os documentos trazidos na sacola.

(E) estava participando de um treinamento sobre atendimento.

19

INÉDITA FAROL

Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.

Texto autoral para fins didáticos.

Segundo o texto, os atropelamentos em rodovias federais concentram-se:

(A) no período noturno e nos trechos urbanos.

(B) nas manhãs de fim de semana.

(C) nos trechos rurais e desertos.

(D) nas proximidades de postos de fiscalização.

(E) durante o dia, em pistas duplicadas.

20

INÉDITA FAROL

Todo servidor que atende ao público conhece a cena: o cidadão chega irritado, depois de horas de espera, e despeja no primeiro rosto que encontra toda a frustração acumulada. Nessas horas, a tentação é responder no mesmo tom. Quem trabalha há mais tempo, porém, aprende que a firmeza não depende da rispidez. Ouvir até o fim, repetir em voz calma o que foi pedido e explicar com clareza o que pode e o que não pode ser feito costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta. Não se trata de aceitar desaforos, mas de lembrar que, do outro lado do balcão, há alguém que talvez tenha perdido um dia de trabalho para estar ali.

Texto autoral para fins didáticos.

De acordo com o texto, a atitude mais eficaz diante de um cidadão irritado é:

(A) ouvir até o fim, repetir com calma o pedido e explicar com clareza o que pode ou não ser feito.
(B) responder no mesmo tom, para impor respeito.
(C) ler o regulamento em voz alta.
(D) encaminhá-lo imediatamente à chefia.
(E) encerrar o atendimento até que ele se acalme.

21

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Infere-se do texto que o narrador:

(A) mantém o hábito de reduzir a velocidade ao passar pelo posto, por lembrança afetiva do passado.
(B) para no posto todos os dias para pedir informações.
(C) considera os celulares inúteis na estrada.
(D) trabalha como agente rodoviário naquele posto.
(E) nunca conheceu o agente que atendia seu pai.

1.2 ITEM 2 DO EDITAL PRIORIDADE MEDIA

Tipos e gêneros textuais

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

15 questões online
corrigidas na hora

★ Resumo

Tipo textual é a estrutura linguística que predomina no texto; são poucos. Gênero textual é a forma concreta que o texto assume numa situação social, como notícia, crônica ou ofício; são muitos. A banca pede o tipo predominante, o gênero e a finalidade.

- **Cinco tipos:** narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo.
- **Marcas:** tempo verbal, pessoa do discurso e tipo de verbo denunciam o tipo.
- **Predominância:** um texto mistura sequências; classifica-se pela principal.
- **Gênero:** define-se pela finalidade e pela situação de uso.
- **Finalidade:** informar, convencer, orientar, narrar ou refletir.
- **Registro:** a linguagem coloquial afasta o gênero oficial.

Entenda

Tipo e gênero

O tipo é uma categoria abstrata: narrar, descrever, expor, argumentar, instruir. O gênero é o texto que circula: tem função social, suporte e forma relativamente estáveis. Um mesmo gênero combina vários tipos.

- **Tipo:** "o texto é predominantemente narrativo".
- **Gênero:** "o texto é uma crônica".

> *Ex.: uma carta pessoal é gênero; dentro dela predominam sequências narrativas ("Aqui cheguei", "Fui visitar o lajedo") e descritivas (a rotina e as cores do lugar).*

Narrativo e descritivo

- **Narrativo:** conta fatos em sequência temporal. Marcas: verbos de ação, pretérito perfeito, personagens, narrador.
- **Descritivo:** caracteriza seres, lugares e situações. Marcas: verbos de estado, pretérito imperfeito ou presente, adjetivos.
- > *Pulou o muro, subiu na árvore e se estrepou.* (ações sucessivas: narração)
- > *A casa era baixa, de paredes caiadas e janelas azuis.* (características: descrição)

A narração em primeira pessoa, com verbos no passado, evoca memórias do narrador-personagem.

> *Ex.: classificar como descritiva uma estrofe feita de ações sucessivas está errado.*

Expositivo e argumentativo

- **Expositivo:** informa e explica, sem defender posição. Marcas: presente atemporal, terceira pessoa, definições, dados, linguagem denotativa.

- **Argumentativo:** defende uma tese e a sustenta. Marcas: juízos de valor, conectores de causa, conclusão e oposição, refutação de ideias contrárias.
- *Notícias falsas costumam ser definidas como informações fabricadas.* (exposição)
- *O dualismo não foi um capricho: fundamentava-se em argumento lógico.* (argumentação)

Os dois são chamados de dissertativos. A diferença está em haver, ou não, tese defendida.

> *Ex.: um período que afirma uma posição e a justifica, rebatendo críticas, é construído com base na tipologia argumentativa, ainda que o resto do texto seja expositivo.*

Injuntivo

O tipo injuntivo orienta a ação do leitor: instrui, ordena, aconselha. Marcas: imperativo, infinitivo com valor de ordem, passos em sequência. Aparece em receitas, manuais, editais e leis.

- *Reduza a velocidade. Mantenha distância do veículo à frente.*

> Texto que relata estudos, com verbos no indicativo, não é injuntivo. *Deve ser explicado*, dito de um fenômeno, expressa necessidade teórica, e não instrução ao leitor.

> *Ex.: o item que vê sequências injuntivas em cada parágrafo de um texto acadêmico expositivo está errado.*

Predominância

Quase todo texto mistura sequências. A classificação se faz pela que predomina e pela finalidade do conjunto.

> *Ex.: uma crônica que conta um caso para criticar um costume tem trechos narrativos, mas pode ser predominantemente argumentativa.*

Gêneros de opinião e de informação

- **Notícia:** relato objetivo de fato recente, em terceira pessoa.
- **Reportagem:** aprofunda o tema, ouve fontes e especialistas, traz dados.
- **Editorial:** opinião do veículo, sem assinatura.
- **Artigo de opinião:** opinião assinada pelo autor.
- **Resenha:** descreve e avalia criticamente uma obra.
- **Entrevista:** alternância de pergunta e resposta, marcada por travessões ou pelos nomes dos interlocutores.

> *Ex.: texto que relata fatos históricos e cita a fala de uma historiadora entre aspas é reportagem de divulgação. Não é resenha: não avalia uma obra.*

Crônica

A crônica é texto curto, que parte de um fato do cotidiano para uma reflexão pessoal, em linguagem leve, muitas vezes irônica. Pode ser narrativa ou argumentativa. A finalidade é refletir ou criticar, e não apenas informar.

> *Ex.: na PRF 2013, o item dizia que o objetivo de uma crônica irônica sobre a "bomba limpa" era informar o leitor sobre o surgimento da bomba. Errado: o texto critica.*

Gêneros oficiais e pessoais

A correspondência oficial segue o Manual de Redação da Presidência da República: impessoalidade, formalidade, norma-padrão e formato fixo. Bilhete, mensagem e carta pessoal têm interlocutor próximo e registro livre. O que define o gênero é a linguagem e o formato, e não o cargo dos interlocutores.

- **Bilhete:** *Fulano, dá uma conferida no relatório. Valeu!*

> *Ex.: mensagem coloquial trocada entre dois servidores não é correspondência oficial.*

Quadro

Tipo	Finalidade	Marcas
Narrativo	contar fatos	verbos de ação, pretérito perfeito, sequência temporal
Descritivo	caracterizar	verbos de estado, imperfeito, adjetivos
Expositivo	informar, explicar	presente, 3ª pessoa, definições
Argumentativo	convencer	tese, argumentos, conectores lógicos
Injuntivo	orientar a ação	imperativo, passos

Gênero	Traço que o identifica
Crônica	fato cotidiano e reflexão pessoal
Entrevista	pergunta e resposta
Editorial	opinião do veículo
Resenha	avaliação de uma obra
Reportagem	fatos, fontes e dados
Bilhete	informal, interlocutor próximo

Como a banca cobra

- "O texto constitui exemplo de correspondência oficial, pois apresenta a formalidade exigida pelo MRPR para a comunicação entre servidores." → **errado**, diante de bilhete coloquial.
- "O objetivo do texto, de caráter predominantemente dissertativo, é informar o leitor a respeito do surgimento da 'bomba limpa'." → **errado** (crônica irônica: critica).
- "O uso dos travessões no início dos parágrafos é um dos indicativos de que o gênero é entrevista." → **certo**.
- "O texto, predominantemente narrativo e desenvolvido com base em um fato do cotidiano do narrador, caracteriza-se como crônica." → **certo**.
- "Predominam no texto sequências textuais injuntivas." → **errado**, em texto acadêmico que relata estudos.
- "É correto classificar o texto como resenha, visto que sua estrutura se fundamenta na análise de outros textos." → **errado**, em reportagem de divulgação.
- "Na penúltima estrofe, predominam sequências descritivas." → **errado**, se há sucessão de ações.
- **Detalhe que derruba o item:** a finalidade atribuída ao texto (informar em vez de criticar) ou a confusão entre tipo e gênero.

Revisão rápida

- [ ] **Qual a diferença entre tipo e gênero?** Tipo é a estrutura predominante; gênero é o texto concreto em uso.
- [ ] **Que marcas tem a narração?** Verbos de ação no pretérito perfeito e sequência temporal.
- [ ] **E a descrição?** Verbos de estado, imperfeito e adjetivos.
- [ ] **O que separa exposição de argumentação?** A tese defendida.
- [ ] **Como reconhecer o tipo injuntivo?** Imperativo e instruções ao leitor.
- [ ] **O que caracteriza a crônica?** Fato cotidiano e reflexão pessoal.
- [ ] **O que indicam travessões alternados de pergunta e resposta?** Entrevista.
- [ ] **Bilhete entre servidores é correspondência oficial?** Não; falta formalidade.

Mapa mental

Tipos e gêneros textuais

Tipos
- Narrativo: ações no pretérito
- Descritivo: estados, adjetivos
- Expositivo: informar
- Argumentativo: tese e argumentos
- Injuntivo: orientar a ação

Gêneros
- Forma social concreta
- Finalidade define o gênero
- Mistura tipos; vale o predominante

Exemplos
- Notícia informa
- Artigo de opinião convence, assinado
- Editorial: opinião do veículo
- Crônica reflete ou critica

Distinções
- Intergenericidade
- Servidores ≠ correspondência oficial

⚠ Pegadinha
- Crônica irônica para informar → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Qual a diferença entre tipo textual e gênero textual?	**Tipo textual** é uma estrutura (narração, descrição, dissertação, exposição, injunção). **Gênero textual** é a forma concreta de uso da linguagem numa situação social real (notícia, ofício, bilhete) — costuma mesclar vários tipos.
Que marcas indicam o gênero entrevista num fragmento?	Estrutura de **pergunta e resposta** com alternância de turnos marcada por **travessões** (ou por nomes/iniciais), 2.ª pessoa de tratamento ("o senhor"), marcas de oralidade, título/subtítulo do tipo "Uma conversa com...". Cebraspe: "os travessões indicam o gênero entrevista" → Certo quando marcam as falas de entrevistador e entrevistado.

Uma carta pessoal é de qual tipo textual?	Carta é **gênero**; os **tipos** são as sequências que a compõem — numa carta pessoal predominam **narração** ("Aqui cheguei", "Fui visitar") e **descrição** (o lugar, a rotina), com trechos injuntivos ("Diga a meu pai..."). Armadilha: confundir gênero (carta, crônica, notícia) com tipo (narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, injuntivo).
Narração × descrição: como distinguir, e o que caracteriza a crônica?	**Narração**: ações que se sucedem no tempo, verbos de ação, em geral no pretérito ("pulou o muro", "subiu na árvore", "se estrepou"). **Descrição**: características de seres/lugares, sem progressão temporal (verbos de estado, adjetivos). **Crônica**: texto curto, predominantemente narrativo, que parte de fato do cotidiano (muitas vezes memória pessoal, 1.ª pessoa) para uma reflexão, em linguagem leve (ex.: Rubem Braga).
Expositivo × argumentativo × injuntivo: qual a marca de cada tipo?	**Expositivo**: define, informa, explica ("X é definido como..."), 3.ª pessoa, presente, linguagem denotativa. **Argumentativo**: defende tese com justificativas, refuta posição contrária ("A verdade, porém, é que..."; "fundamentava-se em..."). **Injuntivo**: instrui/ordena o leitor (imperativo, "deve-se", passo a passo). Armadilha: texto acadêmico que relata estudos NÃO é injuntivo; "deve ser explicado" em tese teórica não é instrução ao leitor.
Resenha × reportagem: como diferenciar?	**Resenha**: descreve e **avalia criticamente uma obra específica** (livro, filme, peça). **Reportagem**: apura e relata fatos/tema com contexto, dados e **fontes ouvidas** (falas entre aspas de especialistas). Cebraspe: texto de revista de divulgação que relata história e cita historiadora → reportagem, não resenha.

? Questões

gabarito comentado na p. 34

22 INÉDITA FAROL

O artigo de opinião distingue-se do editorial por não trazer assinatura.

(C) Certo (E) Errado

23 INÉDITA FAROL

Há intergenericidade quando um gênero assume a forma de outro para produzir efeito.

(C) Certo (E) Errado

24 INÉDITA FAROL

O texto narrativo organiza-se pela relação de causa e consequência entre argumentos.

(C) Certo (E) Errado

25 INÉDITA FAROL

A notícia busca informar sobre fato recente e emprega linguagem predominantemente referencial.

(C) Certo (E) Errado

26 INÉDITA FAROL

> Fabiano, deixei os documentos da vistoria em cima da sua mesa. Se puder, dá uma conferida ainda hoje e me manda uma mensagem com o resultado. Valeu!

O texto acima constitui um exemplo de correspondência oficial, pois apresenta a formalidade e a impessoalidade exigidas pelo Manual de Redação da Presidência da República para a comunicação entre servidores públicos.

(C) Certo (E) Errado

27 INÉDITA FAROL

O editorial expressa a opinião do veículo de comunicação e não é assinado.

(C) Certo (E) Errado

28 INÉDITA FAROL

O texto dissertativo-argumentativo defende um ponto de vista com apoio em argumentos.

(C) Certo (E) Errado

29 INÉDITA FAROL

> Um levantamento divulgado nesta semana mostra que os atropelamentos em rodovias federais se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros. Segundo os técnicos, a falta de passarelas e de iluminação obriga moradores a atravessar a via em pontos perigosos, muitas vezes carregando crianças ou compras. O estudo recomenda medidas simples, como faixas elevadas e redutores de velocidade, cujo custo é baixo diante das vidas que podem ser poupadas. Para os autores, a engenharia viária precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige.
>
> Texto autoral para fins didáticos.

Quanto ao tipo e ao gênero, o texto caracteriza-se como:

(A) texto injuntivo, do gênero manual de instruções.
(B) texto descritivo, do gênero retrato.
(C) texto narrativo literário, do gênero conto.
(D) texto poético, em versos.
(E) texto predominantemente expositivo, do gênero notícia, que relata dados de um estudo e suas recomendações.

30

INÉDITA FAROL

Ao contrário do que muitos imaginam, o servidor que atende o público não é um mero repassador de informações. Ele traduz normas, orienta caminhos e, muitas vezes, é o único rosto do Estado que o cidadão conhece. Por isso, a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço.

Quanto à tipologia predominante, o texto sobre o atendimento ao público é

(A) narrativo, pois relata uma sequência de fatos com personagens.
(B) descritivo, pois retrata as características físicas de um lugar.
(C) injuntivo, pois apresenta instruções passo a passo.
(D) dissertativo-argumentativo, pois defende um ponto de vista com argumentos.
(E) expositivo-instrucional, pois ensina a preencher um formulário.

31

INÉDITA FAROL

O texto que relata, em sequência temporal, as ações de personagens situadas em determinado tempo e espaço pertence predominantemente ao tipo:

(A) descritivo.
(B) narrativo.
(C) dissertativo-argumentativo.
(D) injuntivo.
(E) expositivo.

32

INÉDITA FAROL

O texto em que o autor defende um ponto de vista sobre um tema e o sustenta com argumentos, buscando convencer o leitor, pertence predominantemente ao tipo:

(A) narrativo.
(B) descritivo.
(C) injuntivo.
(D) dissertativo-argumentativo.
(E) expositivo.

33

INÉDITA FAROL

Dona Lurdes chegou ao balcão às sete e meia, meia hora antes de a repartição abrir. Trazia numa sacola plástica todos os papéis que juntara em quarenta anos de trabalho: carteiras, recibos, um contracheque amarelado. Queria a aposentadoria e não confiava em computadores. O servidor que a atendeu poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos. Saíram de lá, os dois, com o pedido protocolado e uma lição que nenhum treinamento ensina: atender bem é, antes de tudo, não ter pressa com quem esperou a vida inteira.

Texto autoral para fins didáticos.

Predomina no texto o tipo textual:

(A) descritivo.
(B) narrativo.
(C) injuntivo.
(D) expositivo.
(E) dissertativo-argumentativo.

34

INÉDITA FAROL

Há quem veja na tecnologia a solução definitiva para a burocracia. Formulários eletrônicos, assinaturas digitais e atendimentos por aplicativo de fato encurtaram filas e reduziram o papel nas repartições. Seria ingênuo, contudo, supor que a máquina resolve sozinha o que é, no fundo, um problema de organização. Um processo mal desenhado continua lento, ainda que tramite em tela; uma exigência inútil continua inútil, mesmo quando pedida por e-mail. Digitalizar o atraso é apenas torná-lo mais rápido de reproduzir. A verdadeira modernização começa antes do computador: na pergunta, feita com honestidade, sobre por que cada etapa existe.

Texto autoral para fins didáticos.

Predomina no texto o tipo textual:

(A) narrativo.
(B) dissertativo-argumentativo.
(C) descritivo.
(D) injuntivo.
(E) expositivo, sem tomada de posição.

35

INÉDITA FAROL

Na estrada que liga a cidade ao litoral, há um posto da polícia rodoviária que conheço desde menino. Meu pai parava ali para perguntar sobre a serra, e o agente, sempre o mesmo, respondia sem pressa, apontando no mapa os trechos de neblina. Hoje os celulares avisam tudo, e ninguém mais desce do carro para perguntar. Ainda assim, quando passo por lá, reduzo a velocidade por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está.

Texto autoral para fins didáticos.

Predomina no texto o tipo textual:

(A) injuntivo.
(B) narrativo, com narrador em primeira pessoa e tom de crônica.
(C) dissertativo-argumentativo.
(D) descritivo técnico.
(E) expositivo científico.

36

INÉDITA FAROL

"Para emitir a segunda via do documento, acesse o portal, clique em 'Serviços', informe o CPF e confirme os dados." Nesse trecho, predomina o tipo textual:

(A) narrativo.
(B) descritivo.
(C) injuntivo.
(D) dissertativo-argumentativo.
(E) expositivo.

Gabarito comentado · Língua Portuguesa

1 C 2 E 3 E 4 E 5 E 6 E 7 B 8 C 9 C 10 A 11 D 12 E 13 D 14 C 15 A 16 A 17 A 18 A 19 A 20 A 21 A 22 E 23 C 24 E 25 C 26 E 27 C 28 C 29 E 30 D 31 B 32 D 33 B 34 B 35 B 36 C

1 **Certo** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Certo. O primeiro parágrafo afirma que a criatividade "parece a muitos de nós algo inacessível, difícil de cultivar, restrita apenas àqueles que já nasceram com aptidões" — ou seja, muitas pessoas descreem da própria capacidade criativa, ideia que o autor contesta a seguir ("Isso não é verdade").

2 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. Segundo o texto, Guilford sustenta que "a criatividade é um produto direto da nossa capacidade de pensar de forma divergente"; o texto não diz que ela resulta da combinação dos pensamentos convergente e divergente.

3 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O autor apenas expõe a proposta de Guilford e ainda informa que "essa explicação é a mais aceita pelos cientistas"; não há argumentação contra ela.

4 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O texto não compara a complexidade dos dois raciocínios para os seres humanos: descreve o convergente como estruturado (uma única solução) e o divergente como "mais fluido e caótico".

5 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O texto afirma que a IA generativa "cresce exponencialmente" e que essa expansão torna "essencial a adoção de medidas preventivas"; não diz que a adoção de medidas de segurança cresce no mesmo ritmo.

6 **Errado** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Errado. O texto diz que imagens de famosos "são muito utilizadas por criminosos" e que o uso de deepfakes cresceu 830% no Brasil; não afirma que o Brasil lidera algum ranking mundial de fraudes.

7 **B** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

"Sobretudo" equivale a "principalmente": destaca os comportamentos como o fator mais importante, depois de dizer que boas estradas não bastam. Não há oposição, conclusão, tempo ou condição.

8 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto conclui: "a cortesia no atendimento não é favor: é parte do serviço". Logo, ela integra o serviço; não é opcional (A) nem substitui a orientação (E).

9 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O "Por isso" liga a proposta aos problemas citados no período anterior: comunicação mais lenta e dificuldade dos recém-chegados. A produtividade aumentou com o trabalho remoto, e não caiu (A). O modelo remoto continua nos demais dias (B). Punição (D) e custos (E) não são mencionados.

10 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto reconhece os ganhos da tecnologia ("de fato encurtaram filas"), mas sustenta que ela não resolve "sozinha" um problema de organização: a modernização "começa antes do computador", ao questionar por que cada etapa existe. Ele não diz que a tecnologia é inútil (B), não propõe abolir formulários (C) nem afirma que a burocracia acabou (D).

11 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Dizer que a engenharia "precisa enxergar quem caminha, e não apenas quem dirige" pressupõe que hoje ela olha sobretudo para o motorista. O texto atribui o risco à falta de estrutura, e não culpa os pedestres (A), e defende a iluminação (E).

12 **E** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

Firmeza (manter limites) e rispidez (aspereza) são separadas: dá para ser firme sem ser grosseiro. O último período reforça isso: "Não se trata de aceitar desaforos", o que exclui (A) e (B).

13 **D** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que "não houve obra de duplicação nem mudança no traçado" e atribui a queda à combinação de sinalização, radares e fiscalização frequente, "medidas simples, aplicadas com constância". A duplicação é expressamente negada (A); clima (B) e volume de veículos (C) não são mencionados como causa; nos fins de semana houve fiscalização, não proibição de tráfego (E).

14 **C** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que a digitalização "não eliminou o trabalho de organizar" e que "tecnologia sem método apenas troca a desordem visível pela invisível". O trabalho de organizar continua necessário (A); o texto iguala a facilidade de perda ("com a mesma facilidade"), não a compara a favor do eletrônico (B); os sistemas ajudam "desde que alguém tenha decidido antes" (D); as pilhas são cena de algumas décadas atrás (E).

15 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O último período afirma que "a mudança só se consolida quando a fiscalização é constante e o motorista percebe que a regra vale para todos". As campanhas apenas "ajudam" (A está errada), e o texto diz que o trânsito seguro não depende apenas de boas estradas (B).

16 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que cada etapa fica registrada no sistema, "o que permite acompanhar o processo de casa", e que o atendimento presencial foi "mantido para quem não tem acesso à rede". Isso contradiz (B) e (E). A mudança "exigiu treinamento dos servidores" (C). As filas e o retorno ao setor são descritos como coisa do passado (D).

17 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto diz que o motorista cria "um risco que ultrapassa o próprio veículo" e lista ambulâncias, ciclistas, pedestres e colisões. A fiscalização "não a elimina" (B). A prática é citada nos feriados (C). Os especialistas defendem o acostamento livre (D). O texto menciona colisões (E).

18 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O servidor "poderia ter dito que tudo se resolvia pelo aplicativo; preferiu sentar-se ao lado dela e abrir, um a um, os documentos": ajustou o atendimento a quem "não confiava em computadores". Isso contraria (C) e (D). O texto não fala em recusa (B) e afirma que a lição não vem de treinamento (E).

19 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O primeiro período diz que os atropelamentos "se concentram no período noturno e nos trechos urbanos, onde a pista corta bairros inteiros". As demais alternativas não têm apoio no texto.

20 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O texto afirma que ouvir, repetir com calma e explicar com clareza "costuma desarmar a raiva mais rápido do que qualquer regulamento lido em voz alta". Responder no mesmo tom (B) é a "tentação" a ser evitada, e o regulamento lido em voz alta (C) é apresentado como menos eficaz.

21 **A** Interpretação — inferência, pressuposto e extrapolação

O narrador reduz a velocidade "por hábito, como quem cumprimenta um velho conhecido que já não está": o gesto é memória afetiva. Ele diz que "ninguém mais desce do carro" (B) e não critica os celulares (C). O texto não diz que ele é agente (D), e o agente era "sempre o mesmo", conhecido da família (E).

22 **Errado** Tipos e gêneros textuais

Errado. O item inverte a distinção: o artigo de opinião é assinado por seu autor, enquanto o editorial, por expressar a posição do veículo, não traz assinatura.

23 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. Há intergenericidade quando um gênero assume a forma de outro para produzir efeito de sentido, como um anúncio publicitário escrito à maneira de uma receita culinária.

24 **Errado** Tipos e gêneros textuais

Errado. A relação entre argumentos caracteriza a dissertação. O texto narrativo se organiza pela sucessão de ações no tempo, com personagens e acontecimentos encadeados.

25 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. A notícia tem como foco o relato de fato recente, sem opinião explícita do autor, e por isso emprega predominantemente linguagem referencial, voltada à informação.

26 **Errado** Tipos e gêneros textuais

Errado. O texto é um bilhete de caráter informal, marcado por linguagem coloquial ("dá uma conferida", "Valeu!") e tratamento pessoal e direto entre os interlocutores — características do gênero bilhete/mensagem informal, e não da correspondência oficial, que exige impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem e formalidade.

27 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. O editorial expressa a posição do próprio veículo de comunicação e, por isso, não traz assinatura individual; a assinatura é traço característico do artigo de opinião.

28 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. O texto dissertativo-argumentativo defende um ponto de vista com apoio em argumentos e costuma organizar-se em tese, desenvolvimento argumentativo e conclusão.

29 **E** Tipos e gêneros textuais

O texto informa os dados de um levantamento ("divulgado nesta semana"), atribui as informações a fontes ("Segundo os técnicos", "Para os autores") e expõe recomendações: são marcas da notícia, com sequência predominantemente expositiva. Não há instruções diretas ao leitor (A), enredo ficcional (C) nem versos (D).

30 **D** Tipos e gêneros textuais

O texto defende uma tese (a cortesia é parte do serviço) e a sustenta com argumentos (o servidor traduz normas, é o rosto do Estado). Isso caracteriza o tipo dissertativo-argumentativo.

31 **B** Tipos e gêneros textuais

Personagens, ações em sequência temporal, tempo e espaço são os elementos da narração. A descrição (A) retrata características, sem progressão de ações. A dissertação-argumentação (C) defende um ponto de vista. O texto injuntivo (D) dá instruções, como manuais e receitas. A exposição (E) apresenta e explica informações sobre um tema.

32 **D** Tipos e gêneros textuais

Tese, argumentos e intenção de convencer caracterizam o tipo dissertativo-argumentativo, comum em editoriais e artigos de opinião. O expositivo (E) também trata de um tema, mas apenas informa e explica, sem defender posição. O narrativo (A) conta fatos, o descritivo (B) caracteriza, e o injuntivo (C) orienta ações.

33 **B** Tipos e gêneros textuais

Há personagens (Dona Lurdes e o servidor), marcação de tempo ("às sete e meia") e sequência de ações no passado (chegou, trazia, atendeu, saíram): é narração. Há trechos descritivos, como o conteúdo da sacola (A), e uma reflexão final, mas eles servem à narrativa.

34 **B** Tipos e gêneros textuais

O autor apresenta uma tese (a tecnologia sozinha não basta), contra-argumenta ("Há quem veja..."; "Seria ingênuo, contudo...") e conclui com uma proposta. É o tipo dissertativo-argumentativo. Não há enredo (A), não há só caracterização (C), não há instruções (D), e há tomada de posição clara (E).

35 **B** Tipos e gêneros textuais

Há um narrador em 1.ª pessoa ("conheço", "passo", "reduzo"), fatos situados no tempo (o passado com o pai e o presente) e um tom reflexivo sobre o cotidiano, que é próprio da crônica. Não há instruções (A) nem defesa de tese (C).

36 **C** Tipos e gêneros textuais

O trecho orienta o leitor a agir, com verbos no imperativo ("acesse", "clique", "informe", "confirme"): é o tipo injuntivo (instrucional). Não relata fatos em sequência temporal (A), não caracteriza seres ou lugares (B), não defende tese (D) nem apenas explica um tema (E).



03

Direito Administrativo

2 tópicos · 8 questões no caderno · 8 online

3.1 Administração indireta — autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista ● 38

3.2 Desconcentração, descentralização e órgãos públicos ● 45

● prioridade alta no edital

3.1 ITEM 1.3 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Administração indireta — autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista

Tópico online
podcast, revisão e atualizações

Videoaula
aula completa no YouTube

6 questões online
corrigidas na hora

Resumo

A administração indireta reúne as entidades com personalidade jurídica própria que o Estado cria para descentralizar atividades. Cada uma se vincula a um ministério, sem subordinação.

- **Autarquia:** direito público; criada por lei específica; atividade típica de Estado.
- **Fundação pública:** patrimônio destinado a um fim, sem fins lucrativos; de direito público ou de direito privado.
- **Empresa pública:** direito privado; lei autoriza a criação; capital integralmente público; qualquer forma societária.
- **Sociedade de economia mista:** direito privado; lei autoriza a criação; maioria das ações com direito a voto em mãos públicas; sempre sociedade anônima.
- **Regra de criação:** lei específica cria autarquia e autoriza a instituição das demais.
- **Agência reguladora:** autarquia em regime especial.

Entenda

O que é a administração indireta

É o conjunto de entidades criadas por descentralização por serviços: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista (Decreto-Lei nº 200/1967, art. 4º, II). Todas têm personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia administrativa. São entidades, não órgãos.

> *Ex.: a PRF é órgão da União (administração direta); o DNIT é autarquia (administração indireta).*

Criação: lei cria ou lei autoriza

Somente por lei específica se cria autarquia e se autoriza a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação (CF, art. 37, XIX). A autarquia nasce com a vigência da lei. Nas demais, a lei só autoriza: a entidade nasce com o registro dos atos constitutivos. A criação de subsidiárias também depende de autorização legislativa (art. 37, XX).

> *Ex.: a lei que cria uma autarquia já lhe dá existência. A lei que autoriza uma empresa pública ainda depende do registro do estatuto.*

Vinculação, não subordinação

A entidade se vincula ao ministério em cuja área de competência se enquadra sua principal atividade (Decreto-Lei nº 200/1967, art. 4º, parágrafo único). O ministério exerce supervisão ministerial, ou tutela: controle finalístico, nos limites da lei. Não há hierarquia.

> *Ex.: a Agência Nacional de Mineração (ANM) vincula-se ao Ministério de Minas e Energia; o ministro não revê suas decisões técnicas como chefe.*

Autarquia

É o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública (Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º, I). Tem personalidade de direito público e, por isso, o regime da Fazenda Pública: bens públicos, impenhoráveis; pagamento de condenações por precatório; prazos processuais em dobro; imunidade tributária sobre patrimônio, renda e serviços ligados às finalidades essenciais (CF, art. 150, § 2º); responsabilidade civil objetiva (art. 37, § 6º).

> *Ex.: INSS, Ibama e DNIT são autarquias federais.*

Agências reguladoras

São autarquias em regime especial. A natureza especial se caracteriza pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo dos dirigentes, com estabilidade durante o mandato (Lei nº 13.848/2019, art. 3º). Continuam a integrar a administração indireta e a se vincular a um ministério.

> *Ex.: ANTT e ANM são autarquias especiais; não são empresas públicas.*

Fundação pública

É patrimônio personalizado, afetado a uma finalidade de interesse público, sem fins lucrativos. Não é corporação: não reúne pessoas associadas. Pode ter personalidade de direito público (fundação autárquica, criada por lei, com regime de autarquia) ou de direito privado (a lei autoriza a instituição). Lei complementar define as áreas de atuação (CF, art. 37, XIX). O custeio vem do ente instituidor e de outras fontes.

> *Ex.: a Funai e o IBGE são fundações públicas federais.*

Empresa pública

Tem personalidade de direito privado, criação autorizada por lei, patrimônio próprio e capital social integralmente detido pela União, por estado, pelo Distrito Federal ou por município (Lei nº 13.303/2016, art. 3º). Admite-se a participação de outras pessoas de direito público interno e de entidades da administração indireta, desde que a maioria do capital votante fique com o ente instituidor. Pode adotar qualquer forma societária.

> *Ex.: a Caixa Econômica Federal e os Correios são empresas públicas. Entidade de direito privado com capital integralmente público é empresa pública, não sociedade de economia mista.*

Sociedade de economia mista

Tem personalidade de direito privado, criação autorizada por lei e forma obrigatória de sociedade anônima. As ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao ente instituidor ou a entidade da administração indireta (Lei nº 13.303/2016, art. 4º). O capital combina recursos públicos e privados.

> *Ex.: o Banco do Brasil e a Petrobras são sociedades de economia mista.*

O que as empresas estatais fazem e sob qual regime

Empresas públicas e sociedades de economia mista prestam serviço público ou exploram atividade econômica. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só é permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo (CF, art. 173). A estatal que explora atividade econômica se sujeita ao regime próprio das empresas privadas, inclusive nas obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias (art. 173, § 1º, II), e não goza de privilégio fiscal não extensivo ao setor privado (§ 2º). O regime é híbrido: o pessoal é celetista, mas a admissão exige concurso público, e as contratações seguem licitação própria (Lei nº 13.303/2016).

> *Ex.: o Banco do Brasil concorre com bancos privados e paga os mesmos tributos; ainda assim, contrata escriturários por concurso.*

Foro das entidades federais

Causas de autarquia e de empresa pública federal correm na Justiça Federal (CF, art. 109, I). As de sociedade de economia mista, mesmo federal, correm na Justiça estadual (Súmula 556 do STF).

> *Ex.: ação de cobrança contra a Caixa vai à Justiça Federal; contra o Banco do Brasil, à Justiça estadual.*

§ Letra da lei

CF, art. 37, XIX — "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;"

Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º, I — "Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada."

Decreto-Lei nº 200/1967, art. 4º, parágrafo único — "As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade."

Quadro

Entidade	Personalidade	Lei específica	Capital e forma	Atividade
Autarquia	Direito público	Cria	Patrimônio e receita próprios	Típica de Estado
Fundação pública	Direito público ou privado	Cria (direito público) ou autoriza (direito privado)	Patrimônio personalizado	Interesse público, sem fins lucrativos
Empresa pública	Direito privado	Autoriza	Capital integralmente público; qualquer forma	Serviço público ou atividade econômica
Sociedade de economia mista	Direito privado	Autoriza	Maioria das ações com voto em mãos públicas; sociedade anônima	Serviço público ou atividade econômica

Como a banca cobra

- "Autarquia é entidade da administração indireta, de direito público, criada por lei específica, com patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública." → **certo** (Decreto-Lei nº 200/1967, art. 5º, I; CF, art. 37, XIX).
- "As entidades da administração indireta subordinam-se ao ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade." → **errado** (vinculam-se; não há subordinação).
- "As fundações públicas são criadas por lei, podendo ser de direito público ou privado." → **errado** (a de direito privado tem a instituição autorizada por lei).
- "As fundações públicas são órgãos da administração indireta e funcionam com custeio exclusivo da União." → **errado** (são entidades; o custeio inclui outras fontes).
- "As fundações constituem corporações que reúnem pessoas associadas em prol de uma finalidade." → **errado** (fundação é patrimônio personalizado).
- "A ANM integra a administração indireta, tem natureza de autarquia especial e vincula-se ao Ministério de Minas e Energia." → **certo**.
- "A ANM, com personalidade de direito público, pode ser classificada como empresa pública." → **errado** (empresa pública tem personalidade de direito privado).
- "As entidades da indireta com personalidade de direito privado desempenham unicamente atividade delegada pelo Estado." → **errado** (também exploram atividade econômica).
- **Detalhe que derruba o item:** o verbo e a forma. Lei "cria" autarquia e "autoriza" as demais; "subordinada" no lugar de "vinculada"; sociedade de economia mista com "qualquer forma societária" (só sociedade anônima); empresa pública com capital privado.

Revisão rápida

- ☐ **Quais entidades formam a administração indireta?** Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- ☐ **O que a lei específica faz?** Cria autarquia; autoriza empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
- ☐ **Qual a relação com o ministério?** Vinculação, com supervisão ministerial; sem hierarquia.
- ☐ **Como é o capital da empresa pública?** Integralmente público, em qualquer forma societária.
- ☐ **Qual a forma da sociedade de economia mista?** Sempre sociedade anônima, com maioria do capital votante público.
- ☐ **O que é agência reguladora?** Autarquia em regime especial, com dirigentes de mandato fixo.
- ☐ **Fundação pública é corporação?** Não; é patrimônio personalizado, sem fins lucrativos.
- ☐ **Onde é julgada a sociedade de economia mista federal?** Na Justiça estadual.

Mapa mental

Administração indireta

Conceito
- Personalidade jurídica própria
- Descentralização por outorga
- Supervisão ministerial, não hierarquia

Autarquia
- Direito público
- Criada por lei específica
- Atividade típica (INSS, agências)

Fundação pública
- Sem fins lucrativos
- Lei cria (pública) ou autoriza (privada)
- Áreas por lei complementar

Empresa pública
- Direito privado, lei autoriza
- Capital 100% público
- Qualquer forma societária

Sociedade de economia mista
- Direito privado, lei autoriza
- Maioria do capital votante público
- Sempre S.A.

Criação (CF 37, XIX)
- Lei cria autarquia
- Lei autoriza EP, SEM e fundação
- Autorizada nasce com o registro

⚠ Pegadinhas
- SEM com qualquer forma → errado
- Empresa pública criada por lei → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Autarquia: personalidade jurídica, forma de criação e atividade?	Personalidade de **direito público**, **criada por lei específica** (CF, art. 37, XIX), com patrimônio e receita próprios, para **atividades típicas da Administração** que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada (DL 200/1967, art. 5º, I). Pegadinha: EP, SEM e fundação — lei só **autoriza**.
Entidades da administração indireta são subordinadas ao ministério?	**Não.** Há **vinculação** (supervisão ministerial/**tutela** ou controle finalístico — DL 200/1967, arts. 4º, par. único, e 19), **não subordinação hierárquica**. Pegadinha: "subordinam-se ao ministério".
Fundações públicas: criação, personalidade, natureza e são órgãos?	**Patrimônio personalizado** afetado a um fim (universitas bonorum) — não corporação de pessoas. De **direito público** (fundação autárquica: **criada por lei**) ou de **direito privado** (**lei autoriza** a instituição; lei complementar define as áreas — CF, art. 37, XIX). **Sem fins lucrativos**. São **entidades** da indireta (com personalidade), não órgãos.
Agências reguladoras (ex.: ANM): natureza jurídica e vinculação?	**Autarquias em regime especial** (direito público), integrantes da **indireta** — **não são empresas públicas**. A **ANM** (Lei 13.575/2017) é autarquia especial **vinculada ao Ministério de Minas e Energia**.

Empresa pública × sociedade de economia mista: como distinguir pelo capital e pela forma?	**EP:** capital **integralmente público**; qualquer forma societária. **SEM:** capital **misto**, com **maioria do capital votante** do ente público; forma de **S.A.** (Lei 13.303/2016, arts. 3º e 4º). Ambas: direito privado, criação **autorizada** por lei.
Estatais de direito privado só executam serviço público delegado?	**Não.** EP e SEM podem **prestar serviço público** ou **explorar atividade econômica** (CF, art. 173 — imperativo de segurança nacional ou relevante interesse coletivo).

? Questões

gabarito comentado na p. 51

37 INÉDITA FAROL

Autarquia é entidade da administração indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, criada por lei específica, com patrimônio e receita próprios, destinada a executar atividades típicas da Administração Pública que reclamem, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

(C) Certo (E) Errado

38 INÉDITA FAROL

Nos termos do art. 37, XIX, da Constituição Federal, a autarquia:

(A) tem sua criação apenas autorizada por lei, com registro de atos constitutivos em cartório.
(B) é pessoa jurídica de direito privado, criada por decreto.
(C) é criada por lei específica, sendo pessoa jurídica de direito público.
(D) é órgão sem personalidade jurídica, subordinado ao ministério.
(E) depende de autorização do Tribunal de Contas para ser criada.

39 INÉDITA FAROL

A sociedade de economia mista caracteriza-se por ser pessoa jurídica de direito privado:

(A) com capital integralmente público, podendo adotar qualquer forma societária.
(B) criada diretamente por lei, com personalidade de direito público.
(C) sem fins econômicos, destinada exclusivamente à assistência social.
(D) subordinada hierarquicamente ao ministério supervisor.
(E) sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem, em sua maioria, ao ente federativo ou a entidade da administração indireta.

40 INÉDITA FAROL

A empresa pública diferencia-se da sociedade de economia mista por:

(A) ter capital integralmente público e poder adotar qualquer forma societária admitida em direito.
(B) ser pessoa jurídica de direito público.
(C) ser criada por decreto, sem necessidade de lei.
(D) não poder explorar atividade econômica.
(E) ter obrigatoriamente a forma de sociedade anônima com ações negociadas em bolsa.

41 INÉDITA FAROL

As agências reguladoras, como a ANTT, são criadas no Brasil, em regra, sob a forma de:

(A) empresas públicas.
(B) sociedades de economia mista.
(C) autarquias em regime especial, com maior autonomia e mandato fixo de seus dirigentes.
(D) órgãos sem personalidade jurídica dos ministérios.
(E) organizações sociais.

42 INÉDITA FAROL

Integram a administração pública indireta:

(A) ministérios, secretarias e departamentos.
(B) autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
(C) organizações sociais e OSCIPs.
(D) partidos políticos e sindicatos.
(E) o Congresso Nacional e os tribunais.

3.2 ITEM 1.1 DO EDITAL PRIORIDADE ALTA

Desconcentração, descentralização e órgãos públicos



Tópico online
podcast, revisão e atualizações



Videoaula
aula completa no YouTube



2 questões online
corrigidas na hora

Resumo

O Estado organiza a função administrativa de dois modos: reparte competências dentro da mesma pessoa jurídica ou transfere a atividade a outra pessoa.

- **Desconcentração:** distribuição interna, na mesma pessoa jurídica, com hierarquia. Gera órgãos.
- **Descentralização:** transferência a outra pessoa, sem hierarquia, com controle finalístico (tutela).
- **Órgão:** unidade de atuação sem personalidade jurídica; existe na administração direta e na indireta.
- **Entidade:** unidade de atuação com personalidade jurídica.
- **Administração direta:** as pessoas políticas (União, estados, Distrito Federal e municípios) e seus órgãos; atividade centralizada.
- **Administração indireta:** autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- **PRF:** órgão da União, fruto de desconcentração.

Entenda

Função administrativa e Administração Pública

A função administrativa é típica do Poder Executivo, mas não exclusiva: Legislativo e Judiciário a exercem de forma atípica, quando gerem pessoal, bens e contratos. Em sentido subjetivo, Administração Pública é o conjunto de pessoas, órgãos e agentes que exercem essa função. Em sentido amplo, inclui os órgãos governamentais, que traçam os planos de ação; em sentido estrito, só os órgãos administrativos, que os executam.

> *Ex.: o tribunal que abre licitação para comprar computadores exerce função administrativa, embora integre o Judiciário.*

Administração direta e atividade centralizada

A administração direta é o conjunto das pessoas políticas, que recebem suas competências diretamente da Constituição, com os órgãos que as compõem. Quem tem personalidade jurídica é a pessoa política; seus órgãos, não. Na centralização, a própria pessoa política executa a atividade, por meio de seus órgãos, sem criar nova pessoa.

> *Ex.: no município, prefeitura e câmara municipal integram a administração direta. No plano federal, o STF é órgão da União; no estadual, o tribunal de justiça é órgão do estado.*

Desconcentração

É a distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica. Os órgãos resultantes ficam ligados por hierarquia, em relação de coordenação e subordinação, com competência definida em lei. Ocorre na administração direta e também dentro de cada entidade da indireta. O movimento inverso é a concentração: a pessoa jurídica extingue órgãos e reúne as competências.

> *Ex.: a União reparte atribuições entre ministérios; o Ministério da Justiça e Segurança Pública, entre secretarias e a PRF; a PRF, entre superintendências. Tudo na mesma pessoa jurídica: a União.*

Descentralização

É a transferência da atividade a outra pessoa, física ou jurídica. Envolve ao menos duas pessoas. Entre elas não há hierarquia, só controle finalístico, chamado tutela ou supervisão ministerial: o ente central verifica se a entidade cumpre os fins para os quais foi criada. O movimento inverso é a centralização.

> *Ex.: a União cria uma autarquia para cuidar da infraestrutura de transportes. O ministério supervisiona a autarquia, mas não lhe dá ordens como a um órgão subordinado.*

Descentralização por serviços

Também chamada de outorga, funcional ou técnica. A lei cria a entidade, ou autoriza a sua criação, e lhe transfere a titularidade e a execução do serviço. O resultado é a administração indireta.

> *Ex.: o governo federal cria pessoa jurídica de direito público e lhe atribui a titularidade e a execução de um serviço público. Há descentralização funcional.*

Descentralização por colaboração

Também chamada de delegação. Por contrato (concessão, permissão) ou por ato unilateral (autorização), o Estado transfere a um particular só a execução do serviço e conserva a titularidade.

> *Ex.: a União concede a uma empresa privada a exploração de um trecho de rodovia federal. A empresa executa; o serviço continua da União.*

Descentralização territorial

A lei cria pessoa jurídica de direito público com base geográfica e capacidade administrativa genérica. No Brasil, é a figura do território federal.

> *Ex.: um território federal, se criado, integraria a União como autarquia territorial.*

Combinações

Centralização e descentralização dizem quem executa: a pessoa política ou outra pessoa. Concentração e desconcentração dizem como a pessoa se organiza por dentro. Os critérios se combinam.

> *Ex.: a atividade da PRF é centralizada (executada pela União) e desconcentrada (repartida em superintendências). A de uma autarquia com várias diretorias é descentralizada e desconcentrada.*

Órgão público

É a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta ou da indireta (Lei nº 9.784/1999, art. 1º, § 2º, I). É um centro de competências sem personalidade jurídica e sem vontade própria: atua em nome da pessoa a que pertence. Em regra, não tem capacidade processual. A exceção são os órgãos independentes e autônomos, que podem ir a juízo para defender suas prerrogativas.

> *Ex.: quem responde em juízo pelo dano causado por viatura da PRF é a União. A câmara municipal pode impetrar mandado de segurança para defender suas prerrogativas institucionais.*

Teoria do órgão

Explica como a vontade do agente se torna vontade do Estado. Pelas teorias do mandato e da representação, já superadas, o agente seria mandatário ou representante do Estado. Pela teoria do órgão, ou da imputação volitiva, de Otto Gierke, a atuação do agente é imputada diretamente à pessoa jurídica que o órgão integra.

> *Ex.: o auto de infração lavrado pelo policial rodoviário é ato da União, não ato pessoal do policial.*

Classificação dos órgãos

- **Posição:** independentes (previstos na Constituição, sem subordinação: Presidência da República, Congresso Nacional, tribunais); autônomos (cúpula, com autonomia administrativa e financeira: ministérios); superiores (direção e decisão, sem autonomia: secretarias, departamentos); subalternos (execução).
- **Estrutura:** simples (um só centro de competência) ou compostos (reúnem outros órgãos).
- **Atuação:** singulares (decisão de um agente) ou colegiados (decisão coletiva).

> *Ex.: o Ministério da Justiça e Segurança Pública é órgão autônomo e composto; o Contran é órgão colegiado.*

Auto-organização

A administração direta organiza a própria estrutura: remaneja órgãos e redistribui cargos entre eles. O Presidente da República dispõe por decreto sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não houver aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (CF, art. 84, VI, "a"). Criar ou extinguir órgão exige lei.

> *Ex.: decreto transfere uma coordenação de uma secretaria para outra do mesmo ministério, sem custo novo.*

§ Letra da lei

Lei nº 9.784/1999, art. 1º, § 2º — "Para os fins desta Lei, consideram-se: I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta; II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica; III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão."

Decreto-Lei nº 200/1967, art. 4º — "A Administração Federal compreende: I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios. II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: a) Autarquias; b) Emprêsas Públicas; c) Sociedades de Economia Mista. d) fundações públicas."

Quadro

	Desconcentração	Descentralização
Pessoas envolvidas	Uma	Duas ou mais
Resultado	Órgão, sem personalidade jurídica	Entidade com personalidade jurídica ou particular delegatário
Vínculo	Hierarquia	Controle finalístico (tutela)
Instrumento	Lei ou ato de organização interna	Lei (serviços) ou contrato e ato (colaboração)

	Por serviços (outorga)	Por colaboração (delegação)
Instrumento	Lei	Contrato ou ato unilateral
O que se transfere	Titularidade e execução	Só a execução
Quem recebe	Entidade da administração indireta	Particular

Como a banca cobra

- "Órgão público é ente descentralizado da administração indireta que possui personalidade jurídica de direito público." → **errado** (órgão vem da desconcentração e não tem personalidade).
- "Mesmo sendo parte da estrutura do Estado, os órgãos públicos têm personalidade jurídica e vontade próprias." → **errado**.
- "A função administrativa é atribuição exclusiva do Poder Executivo." → **errado** (Legislativo e Judiciário a exercem de forma atípica).
- "A administração pública do tipo direta não possui personalidade jurídica própria." → **errado** (as pessoas políticas têm personalidade; seus órgãos, não).
- "A administração direta consiste no conjunto de pessoas jurídicas que recebem diretamente da Constituição suas competências políticas e administrativas." → **certo**.
- "A administração centralizada é exercida por uma única pessoa jurídica e pode ser desempenhada por diversos órgãos internos." → **certo**.
- "Em um município, a prefeitura e a câmara municipal integram a administração direta." → **certo**.
- "Em sentido estrito, a administração pública compreende, sob o aspecto subjetivo, apenas os órgãos administrativos, excluídos os governamentais." → **certo**.
- "A descentralização consiste na distribuição interna de competências, no âmbito da mesma pessoa jurídica, criando-se relação de coordenação e subordinação." → **errado** (a descrição é da desconcentração).
- "Se o governo federal criar pessoa jurídica de direito público, atribuindo-lhe titularidade e execução de serviço público, realizará descentralização funcional." → **certo**.
- "A criação do Departamento de Polícia Federal é exemplo de desconcentração, uma vez que ele não goza de personalidade jurídica própria." → **certo**.
- **Detalhe que derruba o item:** a personalidade jurídica e a hierarquia fora do lugar. Órgão nunca tem personalidade; entre o ente central e a entidade descentralizada nunca há hierarquia. "Distribuição interna" indica desconcentração, ainda que o item a chame de descentralização.

Revisão rápida

- [ ] **O que é desconcentração?** Distribuição de competências dentro da mesma pessoa jurídica, com hierarquia.
- [ ] **O que é descentralização?** Transferência da atividade a outra pessoa, sem hierarquia, com tutela.
- [ ] **Órgão tem personalidade jurídica?** Não; atua em nome da pessoa a que pertence.
- [ ] **Só a administração direta tem órgãos?** Não; a indireta também (Lei nº 9.784/1999, art. 1º, § 2º, I).
- [ ] **O que a outorga transfere?** Titularidade e execução, por lei, a entidade da indireta.
- [ ] **O que a delegação transfere?** Só a execução, por contrato ou ato, a particular.
- [ ] **Qual teoria explica a atuação do agente?** A teoria do órgão: o ato é imputado à pessoa jurídica.
- [ ] **A atividade da PRF é centralizada ou descentralizada?** Centralizada e desconcentrada: a PRF é órgão da União.

Mapa mental

Desconcentração e descentralização

Desconcentração
- Dentro da mesma pessoa jurídica
- Hierarquia
- Cria órgãos sem personalidade

Descentralização
- Para outra pessoa
- Sem hierarquia; tutela

Formas de descentralizar
- Outorga: lei, titularidade + execução
- Delegação: só execução (concessão)

Órgão público
- Sem personalidade
- Existe na direta e na indireta
- Teoria do órgão (imputação)
- Alguns têm capacidade processual

PRF
- Órgão da União
- Centralizada e desconcentrada

⚠ Pegadinha
- Órgão com personalidade jurídica → errado

Flashcards

cubra a resposta e teste a memória

Órgão público: tem personalidade jurídica? Resulta de desconcentração ou de descentralização?	**Não tem personalidade jurídica**; é unidade de atuação integrante da estrutura de uma pessoa (direta **ou** indireta), fruto de **desconcentração** (Lei 9.784, art. 1º, § 2º, I). Entidade (com personalidade) é que resulta de descentralização. Pegadinha: "órgão é ente descentralizado com personalidade de direito público" → errado.
A função administrativa é exclusiva do Executivo? STF e tribunais de justiça integram a administração direta?	**Não é exclusiva:** Legislativo e Judiciário exercem função administrativa **atípica**. Os **tribunais** são **órgãos** (sem personalidade) da pessoa política (União/Estado): integram a **administração direta** quando administram (serviços prestados sem nova personalidade jurídica).
Administração direta: é formada por pessoas jurídicas ou por órgãos sem personalidade? É centralizada?	É o conjunto das **pessoas políticas** (União, Estados, DF, Municípios — **com personalidade jurídica de direito público** e competências da CF) e de seus **órgãos** (sem personalidade). Atua de forma **centralizada**, podendo distribuir tarefas a **órgãos internos**. Ex.: prefeitura e câmara municipal integram a direta. Pegadinha: "a administração direta não tem personalidade".
Administração pública em sentido estrito, sob o aspecto subjetivo: inclui os órgãos de governo?	**Não.** Em sentido **amplo**, abrange órgãos **governamentais** (função política) e **administrativos**; em sentido **estrito**, **só os órgãos e entidades administrativos**, excluídos os governamentais (Di Pietro).

Descentralização por serviços (outorga/funcional/técnica) × por colaboração (delegação): o que se transfere?	**Por serviços (outorga, funcional, técnica):** a lei cria/autoriza **entidade da indireta** e transfere **titularidade e execução** (ex.: autarquia). **Por colaboração (delegação):** transfere-se só a **execução**, por contrato ou ato, a particular (concessão, permissão). **Territorial:** territórios federais. Descentralização = **outra pessoa jurídica**; desconcentração = mesma pessoa.
Redistribuição de cargos e reorganização de órgãos: a quem cabem?	À **própria administração direta** (Executivo), no exercício de sua **auto-organização**: redistribuição de cargo efetivo para outro órgão ou entidade do mesmo Poder (Lei 8.112, art. 37) e organização/funcionamento por **decreto**, sem aumento de despesa nem criação/extinção de órgãos (CF, art. 84, VI, "a").
Órgão público: tem personalidade jurídica? Resulta de desconcentração ou de descentralização?	**Não tem personalidade jurídica**; é unidade de atuação integrante da estrutura de uma pessoa (direta **ou** indireta), fruto de **desconcentração** (Lei 9.784, art. 1º, § 2º, I). Entidade (com personalidade) é que resulta de descentralização. Pegadinha: "órgão é ente descentralizado com personalidade de direito público" → errado.

? Questões

gabarito comentado na p. 51

43 PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

Julgue o item subsequente, relativo a noções de direito administrativo.

A criação do Departamento de Polícia Federal (DPF) é exemplo de desconcentração administrativa, uma vez que o DPF não goza de personalidade jurídica própria.

(C) Certo (E) Errado

44 INÉDITA FAROL

A distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, com criação de órgãos ligados por hierarquia (por exemplo, a divisão de um ministério em secretarias), denomina-se:

(A) descentralização por outorga.
(B) desconcentração.
(C) descentralização por delegação.
(D) privatização.
(E) terceirização.

Gabarito comentado · Direito Administrativo

37 C 38 C 39 E 40 A 41 C 42 B 43 C 44 B

37 Certo — Administração indireta — autarquias, fundações, emp...

Certo. Art. 5º, I, do Decreto-Lei nº 200/1967, c/c art. 37, XIX, da CF/1988 (exigência de lei específica para a criação de autarquia).

38 C — Administração indireta — autarquias, fundações, empresa...

CF, art. 37, XIX: "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação". A autarquia, pessoa jurídica de direito público, nasce da própria lei. A lei que só autoriza a criação, com registro dos atos constitutivos (A), é a das estatais de direito privado. Autarquia tem personalidade própria e não é subordinada ao ministério (D), mas vinculada a ele (tutela).

39 E — Administração indireta — autarquias, fundações, empresas...

A sociedade de economia mista reúne capital público e privado, adota a forma de S.A. e tem o controle acionário (maioria do capital votante) com o Estado. Ex.: Petrobras e Banco do Brasil. Capital integralmente público e qualquer forma societária (A) caracterizam a empresa pública. Sua criação é autorizada por lei, e não feita diretamente por ela (B; CF, art. 37, XIX). Há vinculação, e não subordinação, ao ministério (D).

40 A — Administração indireta — autarquias, fundações, empresa...

Na empresa pública, o capital é 100% público (da União, de outros entes ou de suas entidades), e ela pode adotar qualquer forma societária. Ex.: Caixa Econômica Federal e Correios. Ambas são de direito privado (B), têm a criação autorizada por lei (C) e podem explorar atividade econômica ou prestar serviço público (D). A forma de S.A. obrigatória (E) é da sociedade de economia mista.

41 C — Administração indireta — autarquias, fundações, empresa...

As agências reguladoras são autarquias de regime especial (Lei 13.848/2019): têm personalidade de direito público, autonomia decisória e financeira e dirigentes com mandato fixo, que não podem ser exonerados livremente. Não são estatais de direito privado (A, B), nem órgãos (D), nem entidades privadas qualificadas (E).

42 B — Administração indireta — autarquias, fundações, empresas...

A administração indireta é formada por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista (DL 200/1967, art. 4º, II). Ministérios e secretarias são órgãos da administração direta; OS e OSCIP são entidades privadas do terceiro setor.

43 Certo — Desconcentração, descentralização e órgãos públicos

Certo. A Polícia Federal é órgão da União, sem personalidade jurídica própria; sua criação é fruto de desconcentração (distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica), e não de descentralização.

44 B — Desconcentração, descentralização e órgãos públicos

Na desconcentração, a competência é repartida dentro da mesma pessoa jurídica, entre órgãos sem personalidade própria, e há hierarquia. Na descentralização (A, C), a competência vai para outra pessoa: por outorga (lei cria entidade da administração indireta) ou por delegação (contrato ou ato com particular, como na concessão), e há controle finalístico, e não hierarquia.

Simulado final

10 itens Certo ou Errado das disciplinas do edital, na proporção do peso de cada uma. Tempo sugerido: **70 minutos**. Na correção da banca, cada item errado anula um certo: deixe em branco o que não souber. Marque na folha de respostas e confira no gabarito comentado, ou faça online e veja a nota projetada para a prova inteira.

Faça este simulado online
correção e nota projetada na hora

S1 INÉDITA FAROL

A notícia busca informar sobre fato recente e emprega linguagem predominantemente referencial.

(C) Certo (E) Errado

S2 INÉDITA FAROL

Com o pronome “Vossa Senhoria”, o verbo e o possessivo ficam na 3ª pessoa.

(C) Certo (E) Errado

S3 INÉDITA FAROL

O verbo “preferir” rege a preposição “a” em construções como “prefiro café a chá”.

(C) Certo (E) Errado

S4 PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

Em “Trata-se de uma tática” (terceiro período do terceiro parágrafo), o vocábulo “se” funciona como pronome apassivador.

(C) Certo (E) Errado

S5 INÉDITA FAROL

A conjunção “pois” anteposta ao verbo tem, em regra, valor conclusivo.

(C) Certo (E) Errado

S6 INÉDITA FAROL

Nos verbos regulares, a forma do futuro do subjuntivo coincide com a do infinitivo pessoal.

(C) Certo (E) Errado

S7 INÉDITA FAROL

O texto dissertativo-argumentativo defende um ponto de vista com apoio em argumentos.

(C) Certo (E) Errado

S8 INÉDITA FAROL

Em “o suspeito teria fugido”, o futuro do pretérito exprime certeza sobre o fato.

(C) Certo (E) Errado

S9 INÉDITA FAROL

A conjunção “porquanto” introduz oração coordenada conclusiva.

(C) Certo (E) Errado

S10 PROVA REAL · CEBRASPE · 2025

A inteligência artificial (IA) generativa cresce exponencialmente, promovendo benefícios que vão da automatização de processos à geração de insights estratégicos. No entanto, essa expansão também amplia os desafios da segurança cibernética, de modo que se torna essencial a adoção de medidas preventivas.

A Associação de Defesa de Dados Pessoais e do Consumidor (ADDP) aponta que os crimes cibernéticos aumentaram 45% no Brasil em 2024. Isso significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes. Hackers estão se adaptando e usando IA para criar ataques mais sofisticados e difíceis de identificar.

Um exemplo de ataque mais sofisticado e difícil de identificar é o que ocorre por meio do uso das deepfakes, tecnologia que se vale da IA para criar imagens e áudios falsos que parecem reais. Segundo a Sumsub, plataforma de verificação de identidade, essa prática cresceu 830% no Brasil entre 2022 e 2023. Trata-se de uma tática para manipular informações, explorar a credibilidade de figuras públicas e induzir fraudes. Não à toa, as imagens de pessoas famosas e celebridades são muito utilizadas por criminosos nessa abordagem.

Os ataques de phishing também se tornaram mais sofisticados. A consultoria de cibersegurança Redbelt Security estima que mais de 3,5 milhões de brasileiros tenham sido vítimas desse tipo de golpe em 2023.

O crescimento de dispositivos conectados e da coleta constante de dados sensíveis aponta, mais do que nunca, para a necessidade de uma proteção digital reforçada.

Internet: <olhardigital.com.br> (com adaptações).

A substituição de “Isso” (segundo período do segundo parágrafo) por O que prejudicaria a correção gramatical do texto.

(C) Certo (E) Errado

Folha de respostas

S1	C E	**S2**	C E	**S3**	C E	**S4**	C E
S5	C E	**S6**	C E	**S7**	C E	**S8**	C E
S9	C E	**S10**	C E				

Gabarito comentado do simulado

S1 C **S2** C **S3** C **S4** E **S5** E **S6** C **S7** C **S8** E **S9** E **S10** C

S1 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. A notícia tem como foco o relato de fato recente, sem opinião explícita do autor, e por isso emprega predominantemente linguagem referencial, voltada à informação.

S2 **Certo** Reescrita — gêneros e níveis de formalidade

Certo. Embora se dirija ao interlocutor, o pronome de tratamento “Vossa Senhoria” exige verbo e possessivo na terceira pessoa, como em “Vossa Senhoria receberá seu processo”.

S3 **Certo** Regência verbal e nominal

Certo. Na norma-padrão, o verbo “preferir” rege a preposição “a” e rejeita a construção com “do que”; assim, é correto dizer “prefiro café a chá”.

S4 **Errado** Partícula "se"

Errado. Em "Trata-se de uma tática", "tratar" é transitivo indireto (tratar de algo) e o "se" é índice de indeterminação do sujeito; por isso o verbo fica no singular. Pronome apassivador só ocorre com verbo transitivo direto (ou direto e indireto).

S5 **Errado** Coordenação — orações coordenadas

Errado. Anteposto ao verbo, “pois” tem, em regra, valor explicativo. O valor conclusivo aparece quando a conjunção vem posposta ao verbo, geralmente entre vírgulas.

S6 **Certo** Tempos e modos verbais — correlação

Certo. Nos verbos regulares, futuro do subjuntivo e infinitivo pessoal têm a mesma forma, como em “se ele estudar” e “para ele estudar”; a diferença aparece nos verbos irregulares.

S7 **Certo** Tipos e gêneros textuais

Certo. O texto dissertativo-argumentativo defende um ponto de vista com apoio em argumentos e costuma organizar-se em tese, desenvolvimento argumentativo e conclusão.

S8 **Errado** Tempos e modos verbais — correlação

Errado. Em “o suspeito teria fugido”, o futuro do pretérito composto expressa incerteza ou informação não confirmada, uso comum em textos jornalísticos, e não certeza sobre o fato.

S9 **Errado** Coordenação — orações coordenadas

Errado. “Porquanto” tem valor explicativo ou causal, próximo de “porque”; não é conjunção conclusiva, valor característico de “portanto”, “logo” e “por isso”.

S10 **Certo** Reescrita — substituição e reorganização de trechos

Certo. "Isso" retoma toda a informação anterior (aumento de 45% dos crimes) e é sujeito de "significa". Trocado por "O que", o período "O que significa que uma em cada quatro pessoas é alvo de golpes." ficaria sem oração principal — um fragmento —, o que prejudica a correção gramatical.

Continue no Farol

Este caderno é o começo. Na plataforma, cada resposta sua ajusta o plano.

Plano do dia
o que estudar hoje, montado pelo edital e pelos seus erros

Questões ilimitadas
44 questões deste edital, corrigidas na hora

Revisão espaçada
flashcards que voltam no dia certo, sem você contar

Simulados no tempo da prova
com nota projetada e posição no corte

Podcasts e videoaulas
para estudar no trânsito e na academia

Diagnóstico de erros
o padrão dos seus erros e o que revisar primeiro

Caderno completo em PDF
133 tópicos · 2.074 questões · acesso imediato

Crie sua conta grátis
farolestudos.com.br · sem cartão

Anotações

Farol
estudos

Estudo com plano, do primeiro dia à aprovação.

farolestudos.com.br